

A BURQA PELAS MULHERES: MULHERES AFEGÃS NA IMPRENSA PORTUGUESA

Sónia Martins*

Faculdade de Letras
da Universidade de Coimbra

Resumo Os *media* são um dos principais agentes que constrói a nossa identidade, bem como de todos aqueles que se apresentam como diferentes de nós, transmitindo-nos imagens, conceitos e premissas que fornecem os enquadramentos através dos quais nos representamos, interpretamos, compreendemos e atribuímos sentido a alguns aspectos da nossa vida identitária colectiva. Neste artigo, o objectivo é perceber como a identidade da mulher afegã é construída durante a época em que as forças militares dos Estados Unidos se deslocaram ao Afeganistão para capturar Bin Laden, acabando por patrocinar a mudança do regime. Os «fantasmas» de burqa que povoam o Afeganistão – e consequentemente as páginas dos jornais – tornam-se alvo da atenção dos «estrangeiros» e são olhados sob uma particular lente que tentaremos desconstruir, atendendo às lógicas do género, dos *media* e à própria lógica de guerra.

Palavras-chave *burqa*, mulheres islâmicas, *media*

1. Introdução

Após os atentados de 11 de Setembro de 2001, os «fantasmas» islâmicos, vultos brancos ou azuis, tornaram-se onnipresentes na vida dos portugueses nos relatos jornalísticos centrados no Afeganistão. Nos ecrãs de televisão e nas páginas dos jornais, o país onde os EUA se encontravam a realizar uma intervenção militar com o objectivo inicial de capturar os principais responsáveis pelo «ataque à América» tornou-se notícia. Com o desenrolar das operações no terreno, cedo se tornou claro que seria difícil capturar bin Laden, os membros da sua rede terrorista e os *Taliban*, os «estudantes de teologia» que governavam este país pela força das armas desde 1996 e que albergavam os grupos extremistas. Assim, estrategicamente, a prioridade das forças americanas passou a ser a libertação do país de um regime que primava pela violação dos mais elementares direitos humanos. É neste contexto de guerra, que enquadra as histórias dos *media* sobre o Afeganistão, que surgem as mulheres islâmicas. A questão do género, isto é, a questão das mulheres, contextualizada em termos de relações sociais surge assim, nos *media*, numa estreita interligação ao enquadramento de guerra. São elas os fantasmas que dão colorido às reportagens áridas do Afeganistão. Obrigadas a usar um pesado manto que as cobre, por completo – as famosas *burqas* –, as

* Trabalho desenvolvido como parte da tese de mestrado em Comunicação e Jornalismo da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

mulheres afegãs surgem-nos como prisioneiras, as vítimas maiores da fúria *Taliban* que urge libertar. Elisabeth Klaus e Susanne Kassel (2005) chamaram precisamente a atenção para a interligação entre estas três «lógicas»: a de género, a dos *media* e ainda a lógica da guerra.

Compreender como três jornais nacionais, nomeadamente o *Público*, *Correio da Manhã* e o *Jornal de Notícias*, apresentaram as mulheres afegãs, no cruzamento destas três lógicas, é o objectivo deste artigo.

2. Os *media* como construtores do Outro

Os *media* são fortemente responsáveis por tornar os acontecimentos do mundo aparentemente próximos. São eles que trazem à consciência dos cidadãos informações instantâneas sobre acontecimentos, personalidades e processos de todo o globo. Por isso, retratos de países como Afeganistão, Indonésia, Argentina, entre tantos outros, estão presentes quase que instantaneamente na vida de todas as pessoas que a eles têm acesso. Em muitas situações, são os jornalistas que nos apresentam igualmente o Outro que habita nestes e noutros locais, que valores defendem, que atitudes tomam, que factores os tornam diferentes de nós. Douglas Kellner (2003: 5) defende que os *media* dão forma ao «que consideramos bom ou mau, positivo ou negativo, moral ou maldoso. As “estórias” dos *media* fornecem os símbolos, mitos e fontes através das quais constituímos uma cultura comum e através da apropriação da qual nos inserimos nessa cultura».

Os Estudos Culturais foram um dos enquadramentos teóricos que se dedicaram a estudar, entre outros temas, como é representado este Outro e como «a “nossa” entidade é formada através do distanciamento daqueles que percebemos como o Outro, no que diz respeito à etnicidade, raça, classe ou diferença nacional» (Fürsich, 2002: 57). Por isso, a noção de ideologia torna-se central quando se pretende estudar a forma como os *media* representam grupos que são percebidos como diferentes da maioria. Stuart Hall (2003: 18) define-a como «as imagens, conceitos e premissas que fornecem os enquadramentos através dos quais nós representamos, interpretamos, compreendemos e atribuímos sentido a alguns aspectos da vida social». Como os indivíduos nascem dentro de uma sociedade, com condicionantes únicas, os processos ideológicos não funcionam de uma forma totalmente consciente e por isso, com o tempo, estes acabam por ser percebidos como sendo naturais, assentes no «senso comum». É um processo que enquadra bem a construção da identidade. Como refere Tracy Ore (2003: 5), as pessoas não nascem com um sentido do que é ser homem ou mulher, negro, latino, asiático, pobre ou rico. Como tal, «aquilo que aprendemos depende da cultura em que vivemos e do nosso posicionamento dentro dessa cultura».

É na articulação dessa identidade pela diferenciação que, para nos definirmos, definimos o Outro. O trabalho de Teun A. Van Dijk (1998) sobre as relações entre discurso e ideologia mostra como os grupos sociais (nós *vs* eles) são apre-

sentados no discurso e como a ideologia é sociopoliticamente construída como um meio para confirmar a dominação de grupo. Essencial à noção de ideologia é igualmente a de estereótipo. Seguindo a definição de Stuart Allan (1999: 144), este pode ser definido como «imagens mentais estandardizadas», em que o estereótipo reduz pessoas ou grupos a algumas características entendidas como fixadas pela natureza, simples e essenciais. Uma importante característica do estereótipo é que tende a ser positivo quando é sobre o *ingroup*, ou seja, quando é sobre o nosso grupo, e negativo quando é sobre o *outgroup*, os outros. O estereótipo ocorre igualmente onde se verificam «grandes desigualdades de poder. Poder que é, normalmente, direccionado contra o grupo subordinado ou excluído» (Hall, 1997: 258). É também o poder de representar e de classificar, o poder de definir os *insiders* e os *outsiders*. Relacionado com a questão do estereótipo encontramos a noção de generalização – um fenómeno através do qual as características de um grupo são alargadas a um grupo mais vasto. Por exemplo, um conjunto de pessoas de má-fé faz uso do Islão para perpetrar uma série de acções terroristas como se as mesmas fossem do agrado de Alá. Além destes grupos se basearem em noções incorrectas de religião, são eles que, de certa maneira, acabam por representar todo o Islão. A ideia transmitida é que todos os muçulmanos são fanáticos e de que essa religião promove os confrontos físicos e não a paz.

A linguagem assume um papel essencial em todo este processo, dando forma tanto às oposições binárias, «nós» *versus* «eles», como aos estereótipos e ideologias. Isto porque a linguagem não é um espelho, mas fornece «quadros» (Ginneken, 1998: 144). Este autor recupera, do trabalho dos psicólogos sociais Pratkanis e Aronson (*apud* Ginneken, 1998: 144 e 145), alguns exemplos de como estes quadros linguísticos funcionam: «Os primeiros patriotas Americanos conseguiram aumentar o fervor revolucionário ao chamar a uma escaramuça com os Britânicos de o *massacre de Boston*. Aqueles que se opõem ao aborto chamam à sua posição *pró-vida*, enquanto que os que defendem o direito da mulher a abortar apelidam a sua posição de *pró-escolha*».

Os meios de comunicação social, através de rotinas jornalísticas enraizadas, acabam por privilegiar os pontos de vista daqueles que detêm o poder, em vez de potenciarem o aparecimento de discursos que reflectam a variedade de uma sociedade, dando voz a todos os grupos sociais. Consequentemente, acabam por dar preferência ao discurso dominante – reflectindo as relações de poder de uma dada sociedade – e por manter este tratamento desigual, afastando da esfera mediática as minorias ou grupos desfavorecidos. Desta forma se explica como muitos acontecimentos, apesar de preencherem os requisitos de vários valores notícia, acabam por não entrar na esfera de visibilidade dos *media*. Sonwalkar (2005: 265) refere que nestas situações, «o binário “Nós” – “Eles” ajuda a explicar a «anulação simbólica» e as «áreas de invisibilidade» nos *media*». Por exemplo, quanto à proximidade cultural, os acontecimentos que estão dentro do *background* cultural dos jornalistas serão vistos como mais significativos do que os outros e terão mais possibilidades de serem seleccionados. Quanto à relevância,

os acontecimentos sobre culturas distantes, classes ou religiões serão noticiados se forem «impingidos» aos jornalistas – «normalmente na forma de ameaça». Sonwalkar (2005: 264), refere ainda que os jornalistas não consideram o seu trabalho parcial ou racista e certamente que nenhum deles o é de uma forma aberta. No entanto, como as notícias são uma construção humana, os jornalistas muito dificilmente ficam imunes ao ambiente social e cultural onde trabalham. Como conclui o autor (2005: 262), «a parcialidade no discurso noticioso está tão institucionalizada, naturalizada e normalizada que parece benigna, chata – e banal».

3. Os estereótipos associados ao mundo islâmico

Tendo em conta a imprevisibilidade dos atentados suicidas ao World Trade Center, o discurso mediático sobre estes resumiu-se a «simples formatos narrativos» (Sreberny, 2002: 221) que tentavam dar sentido a um evento aparentemente sem explicação racional. Por isso, a emoção tomou conta dos meios de comunicação social e, nestas circunstâncias, é mais simples seguir um caminho apontado por outros, neste caso, pela administração norte-americana. Ao colocar a pergunta «porque é que eles nos odeiam», Bush desenhóu uma linha, como afirma Annabelle Sreberny (2002: 225), «não na areia, mas nas nossas mentes, entre nós e eles».

Karim H. Karim (2000: ix), num livro que escreveu antes dos atentados de 11 de Setembro, já referia que o tratamento dado a um crescente número de muçulmanos que vivia em países Ocidentais assemelhava-se, de alguma forma, aos dias «mais negros da ameaça vermelha quando as pessoas que não aderiam completamente à ideologia dominante eram importunadas, aprisionadas e algumas levadas ao suicídio». Quem não faz parte do grupo dominante corre o risco de ser olhado com suspeição. O autor acredita que o aumento da humilhação de muçulmanos inocentes pelos Estados do Norte «pode provavelmente ser atribuído às contínuas referências negativas dos *media* relativamente ao Islão. Isto levou à criação de uma impressão geral de que a religião promove o extremismo e que um muçulmano praticante em qualquer parte do mundo não poderá ser senão um «extremista islâmico»» (Karim, 2000: ix).

Também Edward Said, no seu influente *Covering Islam – How the media and the experts determine how we see the rest of the world* (1997: 4), defende que

«a base geral do pensamento Orientalista é uma geografia imaginada e ainda drasticamente polarizada que divide o mundo em duas partes desiguais, a maior, diferente, chamada Oriente, e a outra, também conhecida como o nosso mundo, chamada Ocidente ou Oeste. Tais divisões tornam-se sempre presentes quando uma sociedade ou cultura pensa sobre a outra, diferente dela; mas é interessante que, mesmo quando o Oriente foi considerado uniformemente uma parte inferior do mundo, sempre lhe foi atribuído tanto um grande tamanho e um enorme potencial para o poder (normalmente destrutivo), mais do que ao Ocidente».

O enquadramento de género das mulheres islâmicas no discurso ocidental, tende, assim, para ser subsidiário de um enquadramento cultural-religioso. Com efeito, um dos principais estereótipos associado às sociedades islâmicas é o facto de reprimir as mulheres, de as silenciar, fechar em casa e de as obrigar a uma vida de subserviência. François Burgat (1996: 241 e 242) fala de singulares resumos feitos no Ocidente relativamente à situação das mulheres muçulmanas:

«o mais clássico consiste em reduzir toda a dinâmica de reposicionamento ideológico do Sul a uma mobilização «contra as mulheres» e a encerrá-las assim no gueto analítico de uma «misoginia», até mesmo de um «apartheid», erguidos em princípios explicativos absolutos. Ao esboçarem malandros barbudos que impõem um *hijab* no rosto em lágrimas de frágeis raparigas, os caricaturistas dos media ocidentais reflectiram apenas o senso comum».

Segundo este autor, esta imagem é tão simplificadora como está afastada da realidade, visto que ignora a adesão consciente e deliberada de milhões de mulheres ao discurso islamita. Os discursos etnocêntricos veiculados pelos *media* são produzidos tendo por base as diferenças entre Ocidente e Oriente, em que se opõe a «nossa» racionalidade à irracionalidade «deles». Em muitos casos, este mundo binário – em que «nós» respeitamos as mulheres e «eles» servem-se delas como escravas – surge com o objectivo de provar a inferioridade do Islão em relação a outras religiões, nomeadamente ao Cristianismo.

A actual situação de muitas mulheres islâmicas não se enquadra no ideal divulgado pelo Profeta Maomé no século VII já que, nessa altura, se produziu um corte significativo com as práticas consideradas correntes, por exemplo, reduziu-se a poligamia ao direito de casar com apenas quatro esposas, sendo obrigatório ser justo com todas, tornou-se proibido matar crianças do sexo feminino, valorizou-se o testemunho das mulheres bem como o seu papel na sociedade. Qasim Amin (2000: 166) considera que «o Islão declarou a liberdade e emancipação das mulheres, e garantiu às mulheres todos os direitos humanos numa altura em que as mulheres ocupavam o estatuto mais baixo em todas as sociedades». Como tal, nada nas leis do Islão ou nas suas intenções pode contribuir para o baixo estatuto das mulheres e situação existente é contrária à lei. Ziaudin Sardar e Merryl Davies (2004: 121) salientam que alguns legisladores posteriores ao Profeta Maomé removeram do Alcorão códigos éticos da autonomia das mulheres a nível espiritual, moral, social e intelectual e substituíram-nos pelas suas noções de subserviência das mulheres, de silêncio e reclusão. As inovações introduzidas pelo Islão no século VII foram assim colocadas de lado e o espírito do Alcorão – que apela à igualdade e à justiça – não foi tido em conta.

Os jornalistas ocidentais, no entanto, resumem o seu olhar a símbolos, como o uso do véu significando na sua opinião que mulheres muçulmanas são pessoas sem identidade, sem voz; no fundo, vítimas de uma religião que valoriza os homens e permite a violência sobre elas. Shahnaz Khan (2001: 1), num trabalho em que apresenta a forma como as vidas de mulheres do terceiro mundo são per-

cepcionadas por ocidentais, refere que a imagem arquétipo das mulheres com véu, mesmo quando acompanhadas por um sujeito falante, «permanece limitada à experiência sensorial imediata de como é estar confinada [por um véu]. O contexto político e os sistemas sociais são eliminados». Segundo Qasim Amin (2000: 174), o uso do véu é um produto de interações entre várias nações que foi adoptado mas depois exagerado, «tal como outros costumes maléficis se tornaram firmemente estabelecidos em nome da religião, mas dos quais a religião é inocente». O Alcorão permite que uma mulher mostre algumas partes do seu corpo a estranhos, por exemplo a face (excluindo o cabelo), as mãos e os pés. Como tal, vestimentas como a *burqa* não estão de acordo com o que Alá ordenou. Além disso, a prescrição de modéstia aplica-se igualmente aos homens.

4. As mulheres afegãs na imprensa portuguesa

A presença das mulheres afegãs na imprensa nacional surge, como já dissemos, num contexto de guerra. A partir de uma lógica mediática, observamos que um dos principais factores de noticiabilidade das mulheres afegãs é indirecto: elas são objecto de notícias por se incluírem na *referência a nações de elite*. São os EUA, não o Afeganistão, que despoletam as notícias, pois encontram-se envolvidos a dois níveis: primeiro, como vítimas e, posteriormente, como os agentes que catalizaram a campanha militar no Afeganistão com o objectivo assumido – e não concretizado – de destruir a rede da *Al Qaeda*. Por si só, o enquadramento de género – a condição das mulheres na sociedade afegã – não reúne, do ponto de vista dos *media* ocidentais, noticiabilidade suficiente para que se torne tema de destaque na imprensa nacional: não só porque se trata de um país com o qual Portugal não tem qualquer tipo de ligação ou proximidade cultural, como porque é um tema que é bastante ambíguo, cujo enquadramento não se pode reduzir a uma mão cheia de estereótipos sobre os países muçulmanos e a forma como estes tratam as mulheres.

A decisão de dar voz às mulheres afegãs não é, assim, isenta de interesses e explica-se pela lógica mediática de uma nação (de elite) em guerra. Mas não são elas, os seus problemas, a sua situação de subordinação, a sua condição de género, que é o alvo do discurso dos *media*. É o véu que as envolve, as *burqas*, que faz delas um símbolo do Afeganistão. É por isso que a liberdade para estas mulheres, na perspectiva dos *media* Ocidentais, estava intimamente ligada ao acto simbólico de despir as *burqas*. É a *burqa*, destituída das suas referências à luta das mulheres, que ajuda à identidade dos aliados dos EUA, a Aliança do Norte, construída em oposição à identidade dos *Taliban*, apesar de várias pessoas, citadas pelos jornais analisados, terem alertado para o facto de as divergências entre as duas facções não serem assim tão evidentes.

A análise que propomos realizar incide apenas nos textos que falam *especificamente* sobre a condição das mulheres na sociedade do Afeganistão. Do *corpus* recolhido, o jornal *Público* destaca-se por ser aquele que publicou mais artigos,

num total de 21, tendo feito ainda referência ao tema em três primeiras páginas. No lado oposto encontra-se o *Correio da Manhã*: não só publicou menos artigos (um total de nove, com uma chamada de primeira página) como estes são maioritariamente pequenas notícias. O *Jornal de Notícias*, por sua vez, publicou 14 artigos exclusivamente relacionados com as mulheres afegãs e colocou o tema por duas vezes na primeira página do jornal. O mês de Novembro foi o que reuniu o maior número de notícias nos três diários analisados (61 por cento do total de notícias publicadas), o que se pode justificar com as sucessivas vitórias da Aliança do Norte (a capital Cabul, a título de exemplo, foi conquistada a 13 de Novembro). Um dos principais motivos por que o *Público* foi o jornal que publicou mais notícias prende-se com o facto de ter deslocado mais jornalistas para a região. Das notícias que constituem o *corpus* de análise do *Público*, quase 70 por cento foram escritas a partir do Paquistão e Afeganistão. Também o *Jornal de Notícias* colocou jornalistas no local, mas em menor número, responsáveis por 60 por cento do número de notícias publicadas. O *Correio da Manhã* foi o único dos três jornais a não enviar nenhum jornalista para o terreno, o que poderá justificar o menor volume de notícias publicadas sobre este assunto. Nestas situações, as notícias são feitas com recurso a artigos publicados por outros jornais e pelas agências, a nível mundial. O predomínio dos jornalistas do *Público* e do *Jornal de Notícias* no terreno ajuda ainda a explicar o tipo de notícias que foram publicadas nestes dois jornais, predominando, em ambos os casos, as notícias de interesse humano.

Recorremos, para a nossa análise, à análise crítica do discurso e à sociolinguística que nos permitem identificar as ideologias subjacentes ao tratamento do Outro. A análise crítica do discurso é, nas palavras de Norman Fairclough (1995: 17), uma «tentativa de mostrar vínculos sistemáticos entre textos, práticas de discurso institucionais, e práticas socioculturais». Também Roger Fowler (1991) afirma que a linguagem nunca é neutra, mas constitui um tipo de mediação entre o facto em si mesmo e a sua interpretação: embora o jornalista possa esforçar-se por reportar os eventos de forma objectiva, a sua exposição das notícias implica necessariamente uma interpretação. Proceder a uma análise discursiva das notícias permite, assim, constituir um olhar ético que chame a atenção para os desequilíbrios de poder e desigualdades sociais que tipicamente estão na base da construção do Outro. Porque o discurso é aqui tomado como construído, este tipo de análise permite igualmente revelar as formas como as forças dominantes da nossa sociedade, que são também as fontes principais do jornalismo, constroem versões da realidade a favor dessas mesmas forças. O ponto de partida são os textos, no seu todo, como um certo género discursivo: eles deverão ser compreendidos como notícias, que obedecem a uma estrutura própria, habitualmente a de pirâmide invertida.

Uma das formas para apreender o sentido global do(s) texto(s) consiste, segundo Van Dijk (1995), em identificar os temas ou tópicos traduzíveis numa série essencial de macro-proposições que permitem organizar a informação das proposições ou representação abstracta do que chamamos informação (semântica).

As notícias analisadas foram pois decompostas em tópicos ou macroproposições que podem ser interpretadas como a informação que os autores do discurso, falado ou escrito, consideram mais relevante ou importante. Numa notícia, esta é a informação que é destacada tanto no título como no *lead* onde deverá ser feita uma análise temática. Aí observamos o que Van Dijk (1995: 27) diz sobre o facto de a tematização, ou estrutura temática das notícias, estar sujeita a uma gestão ideológica.

Da análise dos títulos concluímos que existem, com efeito, certos temas privilegiados pelos jornais: no Público, destacam-se as temáticas *refugiadas* (em que as mulheres são ouvidas preferencialmente), *vítimas* (em que se fala da opressão a que estão sujeitas) e *mudança* (permitida pela saída dos *Taliban* do Afeganistão e a sua substituição pela Aliança do Norte). No Correio da Manhã predomina igualmente a temática da *mudança* e das mulheres como *vítimas*, opção igualmente seguida pelo Jornal de Notícias. Apenas o Público foca a temática da *resistência* e a *perspectiva religiosa*, dando voz às resistentes e aos líderes religiosos.

Tal como para Van Leeuwen (1997), pensamos também ser importante pensar as representações sociais no discurso olhando para os seus actores e vozes. No Público verificamos que as mulheres afegãs têm voz. O jornal privilegia os relatos na primeira pessoa, mas nem sempre, como recorda Fairclough, os actores que têm voz são os «agentes» da acção (Fairclough, 1997). Por exemplo, a 4 de Novembro é publicada uma notícia sobre uma das tribos afegãs, os hazara – de traços mongóis que segue o Islão xiita, que construíram uma espécie de «cidade dos hazaras» no Paquistão. O título-citação – «É melhor morrer um dia do que agonizar toda a vida» – remete para uma citação que é atribuída à refugiada Bibi-Zara, mas o título desloca a autora para segundo plano (ela só pode ser identificada depois na notícia) e, pela enfatização do processo «morrer», «agonizar» que estabelecem a sua impotência e violência quotidiana. O especial nesta mulher afegã, valorizado pelo jornalista, é a atitude que demonstra de vontade de falar, numa sociedade em que as mulheres são segregadas dos espaços públicos. A sua voz é representada entre o singular e o plural, funcionando de forma metonímica, sendo que o que é topicalizado é a vontade das mulheres falarem, por contraposição a essa impossibilidade no Afeganistão: «As vozes das mulheres ouvem-se cada vez mais alto. O grupo aproxima-se da roda de homens em volta do repórter. A que vem mais à frente faz gestos para se perceber que também elas querem ser ouvidas». O texto prossegue seleccionando um pormenor descritivo que foca selectivamente o «lenço»: «E começa a falar, o lenço a cobrir-lhe apenas o queixo e o lábio inferior». O jornalista conclui, de forma modalizada pela generalização: *Cena impossível de testemunhar em qualquer lugar do Afeganistão de hoje. É a rebeldia cultural da mulher que é destacada, explicitando-se que ela não fugiu do Afeganistão por causa dos bombardeamentos dos EUA, mas sim devido à crueldade dos Taliban (que fica pressuposta): «É melhor morrer um dia, por causa de uma bomba americana, do que agonizar todos os dias», diz ao Público com o assentimento das companheiras e também dos homens, que relataram episódios de repressão e exibiram ferimentos*

no corpo e na alma». As «companheiras» e voz dos homens não só enfatizam o discurso singular como, pelo seu discurso indirecto, são assimilados para confirmar a negatividade e impotência do juízo.

«Sou mulher e tenho o direito de falar com os outros cara a cara» é outro título-citação de uma notícia publicada a 17 de Outubro pelo Público que dá voz pessoal à revolta (pelo direito) contra a *burqa*. É uma afirmação do género feminino («sou mulher») e do seu direito de falar face-a-face, ficando pressuposto que é sem a mediação do lenço. A citação não é atribuída de imediato. A entrada explica que serão apresentadas de forma contraposta, mas unida, duas mulheres: «Ambas viviam em Cabul. Uma era engenheira, a outra professora universitária. Até que chegaram os Taliban. Hoje, embora no “Afeganistão livre”, continuam a sua luta». Destaque para a conjunção *até que*, indicando uma quebra com o passado e a origem de um novo tempo e o uso do advérbio *embora*, dando a entender que as mulheres têm que continuar a luta, mesmo no Afeganistão dominado pela Aliança do Norte. As histórias das duas mulheres serão tratadas em separado, estando em destaque a dedicada a Farahnaz Nazir, que tem um novo título nominalizado e que destaca a metonímia: «Por todas as mulheres do Afeganistão». O texto inicia-se com a apresentação de Farahnaz Nazir. À sua descrição de status pelas (pressupostamente excepcionais) capacidades linguísticas, origem geográfica e profissão é contraposta a sua excepcionalidade (reforçada também pela conotação do verbo «passear») no tocante ao uso da *burqa*: «Fala inglês, veio de Cabul, onde era engenheira de sistemas hidráulicos, e é a única mulher que se passeia nas ruas de Khodja Bahauddin sem uma burqa a tapá-la». O segundo parágrafo, operando também pela fortíssima contraposição de atitude e de vestuário, reforça ainda mais esta excepcionalidade, onde à ausência de *burqa* é atribuída uma segurança ímpar: «Enquanto as outras mulheres [...] parecem uns fantasmas sem rosto que deslizam pelas ruas, encostadas às paredes, envoltas em tecido branco ou azul, ela usa apenas um véu lilás que lhe cobre parcialmente os cabelos. Enquanto as outras, à passagem de um carro com estrangeiros, viram-se de costas e parecem tentar fundir-se com as paredes de terra, ela avança com altivez, cabeça erguida, olhos nos olhos, e cumprimenta-nos». Estão assim delimitados dois grupos: o das mulheres de *burqa*, os fantasmas sem rosto, e o grupo representado por «ela», que «apenas» usa um lenço lilás, que caminha de cabeça erguida e que não tem medo de cumprimentar os estrangeiros, assimilando-se a eles. É ela que afirma que tem o direito de falar com quem quer que seja cara a cara. Está assim atribuída a citação do título. Por ser destacado nos primeiros parágrafos do texto o que a torna diferente, entende-se que a luta a que se faz referência na entrada é também uma luta pelos símbolos: como ela não usa *burqa* é livre e corajosa. O jornal destaca a utilização voluntária do véu por oposição à recusa da *burqa* que simboliza uma acção em nome colectivo: «É também por elas que todos os dias põe o véu nos cabelos e sai para a rua de cara descoberta e olhos prontos a encarar de frente quem os quiser enfrentar».

O segundo texto, que graficamente não tem tanto impacto como o primeiro, apresenta-se como um contraponto à importância atribuída ao uso da *burqa*.

Desde logo porque, a seguir ao nome Zufnoon Hasan Natiq, surge o título: «*A burqa é um mal menor*». O texto relata como, pelas poucas palavras de inglês que sabe, Zufnoon vai explicando o trabalho que desenvolve com as refugiadas na confecção de roupa. É descrito um ambiente só de mulheres e, no fim do texto, o olhar da jornalista repousa na *burqa* de Zufnoon para sinalizar de uma forma modalizada um conjunto mais vasto de preocupações que, embora de novo topicalizando a *burqa*, introduz pela adversativa e pelo deíctico outros tipos de «mal»: «*Quando sair do centro terá que a usar para atravessar as ruas. Mas para ela, neste momento, esse é um mal menor*». Comparando os dois textos, vemos que é a perspectiva do primeiro que é valorizada, não só graficamente como pela citação escolhida para título principal da página. Por outro lado, Farahnaz, ao não usar *burqa*, sente que o faz por todas as mulheres do Afeganistão. Zufnoon, pelo contrário, não vê na *burqa* o principal objecto de preocupação. No entanto, como podemos ver na última frase do texto citado, é esta que é de novo topicalizada.

O Jornal de Notícias, a 14 de Outubro de 2001, publica o primeiro artigo com direito a destaque de primeira página. O título, nominalizado e indeterminado, «*Mulheres afegãs oprimidas*», acompanha uma fotografia de uma mulher afegã de *burqa* com uma criança ao colo. O evento, a «opressão», é apresentado como notícia de última hora quando, na verdade, já remonta a 1996. No interior, a notícia está acompanhada por seis fotos, todas elas mostrando mulheres usando a *burqa*. O título apelativo, que prima pela elipse do verbo e do sujeito, é revelador: «Sem esperança». A opressão exercida sobre elas é tal que deixaram de possuir um dos principais alentos que faz as pessoas desejarem a mudança, como insinua o título. As afegãs são, por isso, retratadas como vítimas, estatuto de onde dificilmente poderão fugir. A notícia é construída com base em fontes não directamente identificadas que referem o que acreditam ser a opressão das mulheres afegãs, existindo muitos elementos modalizadores e jornalisticamente subjectivos no decorrer do texto. Depois de explicar o que os *Taliban* fizeram «*de Alcorão em riste*», onde o livro é assumido como arma, fala-se então das «*vítimas maiores*» que, por contraposição de status «*eram médicas, professoras, advogadas, operárias. Agora, são quase nada*». Ao advérbio de negação adjectivado contrapõem-se aos substantivos de profissão, sendo a contraposição mediada pelo advérbio de tempo. As poucas mulheres de que o jornal fala como tendo tido capacidade para fugir do Afeganistão são igualmente caracterizadas como impotentes e indigentes, por processos verbais e adjectivos que as destituem de qualquer capacidade de acção: «*vagueiam agora pelas ruas de Peshawar. Carregam ao colo os filhos ranhosos e maltrapilhos e estendem a mão a tudo o que seja esmola*». Neste retrato de grande precariedade é ainda insinuada a utilização de drogas: «*o choro dos mais pequenos é muitas vezes sossegado com ópio*». A condição de vítimas é generalizada para além da situação política. Mesmo no Paquistão, onde não têm que cumprir as obrigações impostas pelos *Taliban*, as mulheres são discriminadas por uma sociedade com «*práticas ancestrais que, em nome de uma tradição que não acompanhou a evolução das sociedades ocidentais, as mantém subjugadas*». As práticas de

subjugação em questão são assim estabelecidas em paralelo com as do Ocidente, presumivelmente de não-subjugação. O jornalista conclui dizendo que a condição das mulheres afegãs, quer estejam no Afeganistão, quer no Paquistão, não vai ser «*alterada tão cedo*» por nenhuma «*coligação internacional*», reforçando a falta de esperança que lhes é imputada. No ocidente evoluído tudo é diferente, como está implicado nesta última afirmação. Assinalamos a forte componente opinativa deste texto noticioso. De facto, não é ouvida nenhuma pessoa ou entidade que comprove as informações veiculadas, resultando antes da observação directa, formatada pelas ideologias do jornalista.

A mulher como vítima é novamente o principal tema do texto publicado a 26 de Outubro pelo Jornal de Notícias, intitulado: «*Nem a burqa esconde a tragédia das afegãs*». A *burqa* surge assim como um instrumento de ocultação da própria tragédia em que o colectivo das mulheres afegãs representa «*tudo quando é pecado, motivo por que têm de carregar e expiar todos os males do mundo*». No primeiro parágrafo, as mulheres são descritas num estatuto de quase inexistência material, apenas confirmada pela violência e a *burqa* é o acessório da sua impotência: «*As mulheres afegãs são fantasmas que passam flanando na paisagem de homens barbados e armas ao ombro. São etéreas em todos os sentidos (excepto quando a pancada dos pais, irmãos ou maridos lhes atesta a solidez dos ossos): porque a burqa lhes confere o aspecto e porque não riscam nada na sociedade patriarcal afegã*». A sua redução à tragédia é ainda estabelecida na doença, confirmada pelo enquadramento ideológico societário: «*São de tal modo desgraçadas que, mesmo quando os maridos as infectam com doenças venéreas, cabe a elas expiar as culpas de tal delito. Porque eles são a virtude e elas o pecado*». No restante texto, o jornalista fala com um médico, apresentado como o «*único homem de Fakhar autorizado a ver mulheres adultas despidas da tradicional burqa*». Fica patente a ausência da perspectiva das mulheres apresentadas por elas próprias, à semelhança do que aconteceu no texto anterior. Uma vez que é ao jornalista que compete decidir que vozes colocar no texto, também ele, de certa forma, escolhe mantê-las no seu papel de vítimas.

No *Correio da Manhã*, vemos que, a 7 de Novembro, o jornal publica a primeira notícia sobre este tema, que se pode enquadrar também na categoria genérica de vitimização das afegãs, ao destacar para título o sofrimento das mulheres afegãs que pode ser compreendido com «*Face Negada*». Só a leitura da notícia torna perceptível o título, mas «*Face Negada*» chama já a atenção, implicitamente, para a questão da *burqa* que o autor da notícia pressupõe ser já familiar para o leitor. As mulheres, como agentes são excluídas do título, tanto gramaticalmente como sociologicamente. A supressão pelo agente da passiva pretende, na verdade, focar a atenção no lançamento do livro «*Face Negada*», que o jornal descreve como «*um testemunho pungente da vivência sob o regime Taliban*» da autoria de Latifa. Nos restantes parágrafos descreve-se a vida da narradora antes e depois dos *Taliban* até à sua fuga para Paris, onde escreveu o livro. Pela generalização e modalização, o jornalista conclui que, com esta obra, «*leitores de todo o mundo poderão compreender o sofrimento das mulheres no Afeganistão e partilhar o desespero de*

um povo aterrorizado em nome de Deus». A alusão a Deus como justificativa do terror não explica que tipo de interpretação os *Taliban* fazem do Islão, antes favorecendo uma leitura genérica da religião muçulmana. O tópico geral é o sofrimento das mulheres e a única saída apresentada é a fuga porque mesmo a resistência implica riscos muito elevados.

5. A mudança de regime

As mulheres sem *burqa*, como sinal de mudança de regime, não são tantas nas ruas de Cabul como seria de esperar após a chegada da Aliança do Norte, força militar apoiada pelos Estados Unidos. Daí que alguns textos dos três diários foquem o receio das afegãs em se libertarem dos símbolos, apesar das mudanças políticas. Uma das breves publicadas pelo Jornal de Notícias tem mesmo o título «Mulheres com receio da libertação», chamando a atenção para a reacção prudente das mulheres de Cabul: «Ao recuar, os *Taliban* levaram consigo a leitura radical da lei islâmica, que impunha às mulheres o uso de um lenço espesso e a obrigação de ficar em casa. Mas elas continuavam ontem maioritariamente ausentes das ruas de Cabul, enquanto os homens se desembaraçavam dos seus turbantes e corriam para o barbeiro limpar a barba imposta pelos estudantes radicais. Apenas algumas mulheres ousaram sair à rua, embora ainda escondidas sob as suas pesadas *burqas*». No final do texto destacam-se, no entanto, alguns sinais de mudança: uma voz feminina na rádio que anuncia os novos direitos das mulheres: estudar e trabalhar e o caso de uma afegã que «ousou ir procurar emprego ao mercado sem a *burqa*, mas com um lenço verde». Uma outra notícia, com o título «O véu ainda não substituiu a *burqa*», reafirma a posição da Aliança do Norte por um membro da ONU (a voz Ocidental) de que as mulheres podem usar o véu. «Porém, a quase totalidade das mulheres de Cabul, a capital afegã, continua a usar a *burqa*, oito dias depois da fuga dos *Taliban*». Para o olhar ocidental continua a ser estranho que aquelas mulheres, libertadas do jugo dos *Taliban*, não consigam ver-se livres dos símbolos da opressão, como os homens. Afinal, a Aliança do Norte já reafirmara, por várias vezes, que respeitariam as novas liberdades das mulheres.

O Correio da Manhã, no rescaldo da libertação de Cabul pelas forças da Aliança do Norte, publica uma notícia alargada sobre essa situação intitulada «Esperança e apreensão na era pós-*Taliban*». O texto, sem a forma verbal, constrói-se revelando a importância dos dois substantivos, que dão conta de dois sentimentos diferentes provocados pela queda do regime *Taliban*, quando seria de esperar que apenas o primeiro prevalecesse. O título é pouco explicativo, remetendo para um movimento anafórico (estabelecendo a ligação entre o conhecimento anterior e o que é construído). A explicação para esta apreensão é dada pelo texto, no primeiro parágrafo. Depois de descrever o primeiro despertar da cidade de Cabul em cinco anos, ao som da música, refere-se que mulheres sem a tradicional *burqa* «atreveram-se a circular nas ruas aproveitando as promessas de maior liberdade». O uso

do verbo *atrever* deixa antever desde já que a acção se circunscreveu a algumas mulheres mais corajosas que acreditaram nas promessas feitas. A nova liberdade proporcionada pela Aliança do Norte está assim ligada ao simbolismo da *burqa*. Como salienta o final deste primeiro parágrafo, «a incerteza quanto ao futuro próximo, impediu a total desconstracção e maculou a alegria dos residentes». Está explicado o título. No terceiro parágrafo, as mulheres são apresentadas como «as vítimas de estimação do regime» e, por isso, «choraram de alegria quando viram os seus carrascos debandar. Libertando o rosto e a voz das restrições da sharia, lei religiosa, circularam pelas ruas rasgando sorrisos em rostos descobertos». Mais uma vez, a liberdade associa-se ao acto de não usar a *burqa*.

De destacar no Público duas notícias que se centram no uso da *burqa* com os títulos: «A *burqa* sobreviverá aos *Taliban*» e «A *burqa* é uma prisão ou um refúgio?». A *burqa* é personalizada, apagando os sujeitos que as carregam. Uma característica de ambos os textos é a presença constante do olhar do jornalista que faz juízos de valor sobre o que vai reportando. O primeiro deles foi publicado a 15 Novembro e é destacado na primeira página: em grande plano uma fotografia de uma mulher sem *burqa*, rodeada de várias outras *burqas*. O contraste é grande, centrando-se na diferença e legenda remete para a cara destapada: «Uma jovem afegã mostrava ontem a sua face em público pela primeira vez em cinco anos enquanto esperava pela distribuição de comida no centro de Cabul». O título da primeira página contrastava, no entanto, com esta imagem: «A *burqa* sobreviverá ao regime»: esta é uma afirmação realçada pelo futuro do verbo «sobreviver», que remete para uma certeza, tornando o título expressivo e apelativo. De realçar a carga simbólica da palavra *burqa*, na medida em que ela é o agente do título, mesmo que objecto inanimado: trata-se de uma personificação e generalização, pois a *burqa* representa todas as mulheres afegãs, simbolizando o seu enclausuramento. Na notícia propriamente dita, é também privilegiada esta ideia de que o véu forçado continuará a ser uma realidade ao ser escolhido um título idêntico: «A “burqa” sobreviverá aos *Taliban*». A explicação para este facto é dada na entrada: «A *burqa* e a discriminação das mulheres não são exclusivos dos *Taliban*. Nas zonas afegãs sob controlo da Aliança são os maridos que impõem o jugo». Ou seja, a condição das mulheres na sociedade afegã é atribuída aos homens e não à religião ou aos que dela fazem uma interpretação radical. Mas é curioso notar como antes a atribuição da culpa pelo estatuto inferior da mulher era atribuída ao regime *Taliban* e agora não é imputada à Aliança do Norte, enquanto entidade mas sim aos homens. A acção desta narrativa decorre num hospital, «o único sítio onde podemos ver rostos de mulheres», refere o jornalista. O lead distancia-se das suas funções informativas e constrói-se com perguntas de retórica: «Haverá pergunta mais pessoal? Alguém pode dizer o que sentimos?». A voz do jornalista narra, por completo, as acções que desenvolveu para obter a entrevista a uma mulher internada, marcando a inferioridade da mulher pelas constantes preocupações do jornalista: «Como caiu? Perguntando de novo voltamo-nos para a mulher ... respondeu o marido». O jornalista, quando consegue a resposta da mulher cita-a no discurso indirecto, ainda que frise a sua von-

tade de falar: «Sim, sentia muitas dores, gemeu ela, como estivesse ansiosa por aquela oportunidade de falar». Sendo esta a primeira mulher com quem o jornalista falava no Afeganistão, as perguntas importantes que entendeu fazer-lhe foram no sentido de saber a sua opinião sobre os *Taliban* e sobre a *burqa*, mas a resposta vem pelo marido «Ah, eis-nos em presença de uma questão importante, mesmo decisiva, pelo que Mohammed acha por bem tomar a palavra. “A *burqa* é necessária, é uma tradição que é preciso cumprir”». O jornalista insiste e descreve essa insistência no cruzamento de olhares entre a mulher e o homem. A resposta, enfim, é transcrita, não porque informativa, mas porque elucidativa da condição de inferioridade da mulher. Sabe porque usa a *burqa*? «Não sei, não sei porquê». O olhar ocidental repousa novamente nos símbolos: à mulher podia ter sido perguntado o que esperava do futuro, se pretendia voltar a trabalhar, mas antes as questões resumiram-se ao que a tornam uma vítima. Esta obsessão pela *burqa* continua no texto: «Pouco depois, numa sala ao lado, vivemos um momento histórico: falámos com cinco mulheres jovens, sem *burqa*». O «momento histórico» é então a ausência de *burqa*, contrastando com a atitude da primeira mulher. A opção do jornalista é de salientar que as liberdades das mulheres na época dos *Taliban* eram muito menores do que agora, com a Aliança do Norte, mas estes continuam a exigir o uso da *burqa* e que as mulheres não apertem as mãos a homens. Estes costumes, conclui o jornalista, continuarão a manter-se no Afeganistão porque «são os homens em geral, os maridos que se assumem como juizes e carrascos destas leis bárbaras contra as mulheres».

6. Notas conclusivas

O centramento dos jornais na *burqa* das mulheres afegãs constitui uma clara simplificação da sua situação no Afeganistão e só superficialmente se dirigiu à violação dos direitos das mulheres no país. A análise das macro-estruturas semânticas das notícias permitiu descortinar como o olhar do jornalista ocidental prevalece na construção dos textos, focando a sua atenção naquilo que é diferente (e fácil elemento de simplificação estereotipada), nomeadamente na *burqa* que se torna o símbolo maior da opressão dos *Taliban*. A obsessão da imprensa por esta coloca-a ao serviço da necessidade de legitimar a intervenção militar, sob a capa de tentar libertar as mulheres dessa repressão simbólica. Tipificando os próprios géneros, numa perspectiva cultural, o jornalista estrangeiro aparece assim como aquele que dá voz às mulheres quando os homens afegãos se recusam a ouvi-las. Mas, quando o faz, na maior parte dos casos, é para que a mulher fale sobre a sua condição de vítima, sobre as proibições a que estava sujeita que, sistematicamente se centram no uso da *burqa* e na segregação de sexos. Quando elas se manifestam, é destacado em primeiro plano o facto de usarem ou não a *burqa*. Curioso é também notar como nenhum dos jornalistas que estiveram no terreno ter entrevistado um mulher usando a *burqa*, como se a sua personalidade também estivesse encerrada na peça de vestuário. Neste sentido não há diferença signifi-

cativa entre os três jornais. As maiores distinções prendem-se mais com o facto de *Público* e *Jornal de Notícias* terem privilegiado os relatos a partir da região. Entre estes dois jornais, em condições idênticas, verifica-se uma grande diferença: o *Público* privilegiou as mulheres como fontes, deu-lhes de facto voz mesmo quando o objectivo era reforçar a sua condição de vítimas ou de mostrar as diferenças existentes com as mulheres no Ocidente. Desta forma, correu também mais riscos: as reportagens dão mais voz ao jornalista e à sua ideologia. O *Jornal de Notícias*, pelo contrário, valorizou pouco o testemunho das mulheres, privilegiando os olhares subjectivos dos seus jornalistas. O *Correio da Manhã*, por ser um jornal popular, apostou na produção de notícias de reduzido tamanho e de maior distanciamento. No entanto, o facto de ter optado por escrever as notícias com base nas informações de agência não impediu que essas escolhas, pelo menos em alguns casos, recaíssem sobre a perspectiva ocidental sobre as mulheres afegãs.

A construção da identidade de vários grupos esteve sempre presente, por exemplo, na divisão Ocidente versus Oriente mas principalmente naquela que opôs os *Taliban* à Aliança do Norte. Apesar de terem sido destacados pontos comuns entre estes dois regimes, a ideia que se sobrepôs é que a Aliança do Norte é muito mais amiga dos direitos das mulheres do que os seus antecessores. O receio apresentado pelas mulheres afegãs não foi tão valorizado como devia ter sido, porque os Estados Unidos, uma força do «bem», estava a apoiar a Aliança do Norte. Como tal, só boas acções são de esperar da parte deste grupo. No entanto,

«na capital como noutros lugares, as raras liberdades conquistadas pelas mulheres após a derrota dos *Taliban* estão novamente a ser postas em causa. O governo afegão é em parte responsável por tal evolução, mesmo que actue como se apenas se conformasse às exigências dos investidores ocidentais relativas ao melhoramento da condição das mulheres. Os ultraconservadores que fazem parte do governo tomaram medidas para impor às mulheres os bons costumes» (Huber, 2004: 58).

Esta autora salienta como o «tristemente célebre» Ministério *Taliban* para a Promoção das Virtudes e a Eliminação dos Vícios foi substituído pelo Departamento das Instruções Islâmicas que está apostado, entre outras coisas, em restabelecer «o código de vestuário correspondente aos supostos valores do Islão». Muitos afegãos recordam já com saudades a época dos *Taliban*.

O «retrato» da mulher afegã, no contexto da guerra do Afeganistão, serviu dois propósitos: por um lado, numa lógica dos *media*, serviu o jornalismo de guerra, permitindo um aparente equilíbrio da cobertura jornalística, dando voz ao povo do Afeganistão, retratando as suas mulheres; por outro, na medida em que essas mulheres foram retratadas como as suas vítimas, reproduziu o discurso dominante da legitimação da política norte-americana. A violação dos seus direitos serviu apenas este último objectivo. De fora, ficou uma compreensão aprofundada sobre a situação das mulheres islâmicas, nomeadamente em lugares radicalizados, que são apenas metonimicamente tomados pelo Islão.

Referências Bibliográficas

- Allan, Stuart (1999), «News Culture», Buckingham, Open University Press.
- Amin, Qasim (2000), «The Liberation of Women» in Moaddel, Mansoor e Talattof, Kameran, «Modernist and Fundamentalist debates in Islam», Nova Iorque, Palgrave Mac-Millan, pp. 164-181.
- Burgat, François (1996), «Que Islamismo aí ao lado?», Lisboa, Instituto Piaget.
- Fairclough, N. (1995), *Media Discourse*, Londres, Arnold.
- Fowler, Roger (1991), *Language in the News: Discourse and Ideology in the Press*, Londres, Routledge. Gross.
- Fürsich, Elfriede (2002), «How can global journalists represent the other?», *Journalism*, Vol. 3 (1), Sage Publications, pp. 57-84.
- Ginneken, Jaap van (1998), «Understanding news – A critical Introduction», Londres, Sage Publications.
- Hall, Stuart (1997), «The spectacle of the “other”», in Hall, Stuart, «Representations: Cultural Representations and Signifying Practices», Londres, Sage Publications, pp. 223-290.
- Hall, Stuart (2003), «The Whites of Their Eyes: Racist Ideologies and the Media», in Dines, Gail e Humez, Jean M. (eds), «Gender, Race and Class in Media», Thousand Oaks, Sage Publications.
- Huber, Judith (2004), «Sempre talibãs, mas agora com um sorriso», in Ramonet, Ignacio (ed) *et al.*, «Mulheres Rebeldes», Lisboa, Campo da Comunicação, pp. 57-62.
- Karim, Karim H. (2000), «Islamic Peril – Media and Global Violence», Montréal, Black Rose Books.
- Kellner, Douglas (2003), «Cultural Studies, Multiculturalism and Media Culture», in Dines, Gail e Humez, Jean M. (eds), «Gender, Race and Class in Media», Thousand Oaks, Sage Publications.
- Khan, Shahnaz (2001), «Between Here and There – Feminist Solidarity and Afghan Women», Copyright Ann Kibbey.
- Klaus, Elisabeth e Susanne Kassel (2005), «The veil as a means of legitimization: An analysis of the interconnectedness of gender, media and war», *Journalism*, Vol. 6 (3), pp. 335-355.
- Ore, Tracy E. (2003), «The Construction of Difference & Inequality», Boston, McGraw Hill.
- Said, Edward W. (1997), «Covering Islam – How the media and the experts determine how we see the rest of the world», Nova Iorque, Vintage Books.
- Sardar, Ziauddin e Davies, Merryl Wyn (2004), «The no-nonsense guide to Islam», Oxford, New Internationalist Publications.
- Sonwalkar, Prasun (2005), «Banal journalism – the centrality of the “us-them” binary in news discourse», in Hall, Stuart (ed), «Journalism: critical issues», Open University Press, pp. 261-273.
- Sreberny, Annabelle (2002), «Trauma Talk – Reconfiguring the inside and outside», in Zelizer, Barbie e Allan, Stuart (eds), «Journalism After September 11», Londres, Routledge, pp. 220-234.
- Van Dijk, Teun A. (1995), «Discourse Analysis as Ideology Analysis», in Schäffner C. e Wenden A. (eds), «Language and Pace», Adershot: Dartmouth Publishing, pp. 17-33.
- Van Dijk, Teun, A. (1998), *Ideology. A multidisciplinary study*, Londres, Sage.
- Van Leeuwen, Theo (1997), «A representação dos actores sociais», in Emília Ribeiro Pedro (org.), *Análise Crítica do Discurso. Uma Perspectiva Sociopolítica e Funcional*, Lisboa, Caminho, pp. 169-222.

Abstract

A burqa by women: afghan women in portuguese press

The media are one of the main agents that builds our identity as well as of all those who are different from us, transmitting us the images, concepts and premises which frame our representations and interpretations, as well as the sense we make up of some aspects of our collective and identity life. In this article, we aim to understand how the identity of Afghan women was built during the time in which the military forces of United States were in Afghanistan to capture Bin Laden, finally sponsoring a change of regime. The «ghosts» of burqa that populate Afghanistan – and hence the pages of the newspapers – became the focus of attention of «foreigners» and were looked at under a private lens that we will try to unfold, according to a logic of gender, of war and of media.

Key words burqa, islamic women, media

Résumé

La burqa par les femmes: femmes afghannes dans la presse portugaise

Les media sont un des principaux agents dans la construction de notre identité aussi comme toutes les autres qui se présentent comme différentes de nous, en passant des images, concepts et prémisses qui nous donnent les cadres avec les quelles on se représente, interprète, comprend et donne du sens à des aspects de notre vie collective. Le but de cet article est celui de comprendre comme se construit l'identité de la femme afghane, en considérant l'invasion des forces militaires des États-Unis en Afghanistan pour la capture de Bin Laden et le changement de régime politique. Les « fantômes » de la burqa présents en Afghanistan – et bien sûr dans les pages des journaux – sont le sujet de l'attention des « étrangers » et sont analysées avec une lente particulière qu'on essaye de déconstruire, tout en prenant compte des logiques de genre, des media e la logique de la guerre.

Mots clés burqa, femmes islamiques, media

Sónia Martins é Licenciada e Mestre em Jornalismo pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. É jornalista e interessa-se pelas questões do Islão.

Artigo recebido em Junho de 2005 e aceite para publicação em Novembro de 2005.